

06/09/2019 - 05:00

A hora e a vez da reforma tributária

Por **Lu Aiko Otta**

Bernard Appy já completou bodas de prata com a reforma tributária. Era um jovem economista quando, em 1994, deu sua primeira consultoria sobre o tema. Tentou, sem sucesso, mudar o sistema de impostos e contribuições do país entre 2003 e 2010, quando foi o número dois do Ministério da Fazenda e, depois, assessor especial da Presidência para cuidar só da reforma. Hoje, vê um cavalo selado passando pelo gramado seco da Esplanada dos Ministérios.

"É uma oportunidade de ouro de fazer a reforma", afirmou. "Hoje nós temos os 27 governadores pedindo o fim do ICMS e sua substituição pelo IBS [Imposto sobre Bens e Serviços]."

AdChoices
PUBLICIDADE
[inRead invented by Teads](#)

Na próxima semana, deve chegar ao Congresso uma proposta de emenda à reforma tributária com a chancela das 27 unidades da Federação. Provavelmente, será apresentada nas duas casas do Legislativo, pois cada uma tem uma proposta em tramitação.

Cenário para votação é o melhor em 30 anos

É possível também que o governo federal finalmente apresente sua proposta. O presidente Jair Bolsonaro já esteve duas vezes no Ministério da Economia para discuti-la. E passou a admitir um tributo sobre transações, desde que haja alguma compensação.

O momento é inédito também na visão de Luiz Carlos Hauly, envolvido com o tema tributário há 32 anos, 28 dos quais como deputado federal pelo Paraná. "Sem paixão, pragmaticamente, acho que sim", afirmou, ao ser questionado se esse é um momento particularmente favorável para a reforma.

Appy e Hauly são os autores, respectivamente, das propostas de reforma em tramitação na Câmara e no Senado. São as Propostas de Emenda à Constituição (PECs) 45/19 e a 293/04. Há fatores técnicos e políticos que explicam o otimismo desses dois calejados reformistas.

"O governo tem vontade de fazer a reforma. Os presidentes da Câmara e do Senado, também - o que é importante. Os líderes querem", descreveu Hauly. Para os deputados e senadores, aprovar a reforma tributária é um contraponto à votação da reforma da Previdência, avaliou. Enquanto a última é impopular, a mudança nos tributos é algo pedido pela sociedade.

A atual composição do Congresso é "altamente reformista", avaliou o secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, deputado federal por dois mandatos, ao falar de outro tema: a revisão da legislação trabalhista. Na sua visão, a sociedade brasileira está ávida por mudanças, após quatro anos de crise econômica.

No campo técnico, Appy aponta quatro itens em sua proposta que buscam superar resistências surgidas nas tentativas anteriores. A principal: disputas entre Estados que ganham e os que perdem com a reforma.

O primeiro é que ganhos ou perdas com a mudança serão diluídos num processo de transição bem lento.

O segundo é que o IBS vai substituir cinco tributos (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) de forma gradual. O terceiro, a criação de um Fundo de Desenvolvimento Regional, de aproximadamente R\$ 30 bilhões por ano, para substituir o jogo suicida da guerra fiscal. O quarto: preserva a autonomia de governadores e prefeitos para fixar alíquotas.

Haully aposta na tecnologia para superar os receios de perdas para os cofres dos entes subnacionais. Um sistema "5.0" vai recolher e distribuir as receitas de forma automática. Sua proposta contém um toque social. Os contribuintes de renda mais baixa vão receber de volta parte do que pagaram em impostos.

Incluir os Estados na reforma tributária seria um erro, na visão do secretário especial da Receita Federal, Marcos Cintra, outro veterano no debate. Há 20 anos ele chegou à Câmara dos Deputados com sua bandeira do imposto único.

"Fazer a mesma coisa e esperar resultado diferente não é racional", diz, para explicar por que sua proposta trata apenas dos tributos federais. O secretário prefere aprovar logo a reforma na esfera federal, que responde por mais de 60% da arrecadação nacional.

Ele arquitetou sua proposta de tal forma que a proposta de Appy, quando e se aprovada, poderá ser acoplada ao sistema federal como um Lego. Alternativamente, deixa a porta aberta para Estados e municípios aderirem voluntariamente.

Os secretários estaduais discordam dessa estratégia. Para o secretário de Fazenda de São Paulo, Henrique Meirelles, uma reforma tributária sem ICMS não resolverá os problemas da complexidade e da judicialização.

Haully acha que a adesão voluntária de Estados e municípios proposta por Cintra não funcionará. "Caímos na besteira de fazer isso no Simples Nacional, em 1996", disse, sobre a lei que relatou na Câmara. Nenhum Estado e apenas um município aderiu ao sistema das microempresas.

Para Appy, a opção de Cintra começa pelo que deveria ser o plano B. "Numa negociação, você começa pedindo mais para fechar com um pouco menos", comentou. "Não começa com menos para conseguir mais."

Se há condições inéditas para a aprovação de uma reforma mais ampla, o economista não vê por que não tentar. E, caso os temas federativos se mostrem um empecilho, aí sim, seria o caso de priorizar a reforma só dos impostos federais.

Observando a polêmica de longe, um integrante do alto escalão do Ministério da Economia avalia que há uma disputa entre as três propostas. No entanto, a aprovação de qualquer uma delas traria um resultado positivo para a economia. Todas vão na linha da simplificação e da modernização, o que aumenta a competitividade dos produtos brasileiros.

Confessadamente um novato na reforma tributária, com cinco anos de experiência como secretário de Fazenda do Piauí, Rafael Fonteles, coordenador do Comsefaz (o foro dos secretários estaduais), avalia que a aprovar a reforma tributária será uma tarefa complexa. "Mas nunca se viu uma janela de oportunidade como essa", afirmou.

Pelos relatos que ouve de colegas mais experientes, o consenso alcançado atualmente entre os Estados é algo inédito. "Houve várias tentativas anteriores que nadaram, nadaram e morreram na praia", comentou. "Espero que não aconteça desta vez."

Lu Aiko Otta é repórter. Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a coluna de Claudia Safatle

E-mail: lu.aiko@valor.com.br

Veículo: O Globo	Online
Data: 06/09/2019	Coluna: Economia

O GLOBO

Equipe econômica já estuda corte de despesas obrigatórias

Após reiterar compromisso com teto de gastos, governo avalia congelar progressões de carreira automáticas de servidores

Manoel Ventura, Marcello Corrêa e Marina Falcão*

06/09/2019 - 04:30 / Atualizado em 06/09/2019 - 07:48



Notas de real Foto: Reprodução de internet

BRASÍLIA - Um dia depois de abrir a possibilidade de alterar o **teto de gastos**, o presidente Jair **Bolsonaro** defendeu nesta quinta-feira [manter a regra](#) que limita o **crescimento das despesas** da União à **inflação** do ano anterior. Bolsonaro recorreu às redes sociais para informar que a ideia não sairá do papel, pois seria o equivalente a fazer uma “rachadura em um **transatlântico**”.

Após conversa com o ministro da Economia, Paulo **Guedes**, ele passou a dizer que é preciso cortar **despesas obrigatórias**. E a equipe econômica já trabalha em propostas neste sentido.

O plano “A” de Guedes é a revisão do pacto federativo, numa tentativa de desindexar e desvincular as despesas do Orçamento. Enquanto essa alteração não vem, técnicos do governo discutem medidas pontuais para assegurar uma folga no Orçamento para os anos de 2020, 2021 e 2022, quando haverá eleição.

O novo tom sobre o teto foi adotado após o presidente e Guedes conversarem por telefone, na noite de quarta-feira, para [alinhar o discurso do governo em torno do assunto](#). A conversa ocorreu pouco depois de o porta-voz da Presidência da República, Otávio Rêgo Barros, afirmar que o [presidente defendeu mudanças na regra](#), o que pegou o ministro de surpresa, segundo uma fonte.

Guedes procurou Bolsonaro para dizer que é contra alterar o teto, considerado hoje a principal âncora fiscal do país.

Apesar de ter concordado com a posição de Guedes, Bolsonaro cobrou agilidade da equipe econômica para apresentar soluções para a falta de recursos. O presidente tem sido pressionado por políticos, principalmente, para atender a demandas para obras.

Na manhã desta quinta-feira, em evento no Palácio do Planalto, Bolsonaro afirmou que o teto não seria alterado:

— Nós não devemos flexibilizar o teto, como conversei com o Paulo Guedes, porque seria uma rachadura em um transatlântico. Mas devemos combater lá embaixo para diminuir a despesa obrigatória.

Mais tarde, a uma plateia de empresários em Fortaleza, o ministro da Economia reforçou que o governo não vai flexibilizar o teto de gastos:

— Não vamos furar o teto, vamos abaixar o piso.

Segundo Guedes, não houve mudança de opinião do presidente sobre o tema:

— Perguntaram a ele sobre o teto de gastos e ele deu a explicação que eu dei. Quando você tem as despesas obrigatórias crescendo muito, você vai reduzindo o espaço. Foi isso que ele falou: é uma questão aritmética. Você tem um teto e as despesas vão subindo, tem uma hora que você vai ter que enfrentar esse problema.

Fundos e servidores

O foco do ministério é reduzir os gastos obrigatórios do governo e liberar mais espaço no Orçamento, essencialmente para investimentos. Entre as medidas, o governo avalia congelar progressões de carreira automáticas de servidores no próximo ano.

Neste caso, poderiam ser economizados até R\$ 12 bilhões, dinheiro que seria destinado para outros fins. Também está em análise suspender novas contratações do Minha Casa Minha Vida, mas sem afetar os contratos em andamento.

Gastos : Estatais como Telebras e Correios podem dificultar teto de gastos

Uma outra alternativa sobre a mesa é desvincular fundos. Alguns fundos públicos devem ser usados para fins específicos, tendo suas despesas carimbadas. A ideia é permitir que outros gastos possam ser feitos com o dinheiro.

Outra frente de ação é o remanejamento de algumas despesas para que sejam bancadas com recursos do Sistema S. A medida pode liberar a União de gastos de R\$ 4,3 bilhões.

O governo pretende ainda acabar com a [multa adicional de 10% sobre o FGTS em demissões sem justa causa](#). O valor é pago pelo empregador ao Tesouro. A transferência desse dinheiro para o Fundo entra como despesa no Orçamento.

A medida seria benéfica para empregadores e para o governo, que teria mais espaço para outros gastos.

Na avaliação do secretário de Política Econômica, Adolfo Sachsida, são necessários cortes nas despesas obrigatórias, e não mudanças no teto:

— O problema das contas públicas não é o teto, é o crescimento das despesas obrigatórias. A sociedade precisa decidir. Se é isso que nós queremos, o dinheiro vai acabar. Temos que rever o crescimento das despesas obrigatórias.

Técnicos do governo afirmam que o teto de gastos não representará risco para o Orçamento de 2020. O problema seria montar o Orçamento a partir de 2021. Como as despesas obrigatórias continuarão crescendo, haverá menos espaço para gastos de manutenção da máquina e investimentos.

O governo precisará reservar um valor mínimo para esses fins, sob risco de ver o governo parar.

** Do Valor Econômico*

Colaboraram Daniel Gullino e Jussara Soares

Foram acolhidas pelo relator na PEC paralela emendas que beneficiam policiais civis, constitucionalizam o Bolsa Família, misturam aposentadoria por invalidez com benefício para pessoas com deficiência, entre outras concessões.

Uma delas prevê que policiais civis teriam direito a um regime previdenciário próprio, com regras de aposentadoria diferentes dos demais servidores públicos, bastando a aprovação de uma lei complementar por União, estados e municípios.

A medida abrange policiais federais, rodoviários, legislativos, civis estaduais, agentes penitenciários e guardas municipais. Os federais serão os mais beneficiados, com direito a integralidade (aposentadoria com o último salário da carreira) e paridade (pensões reajustadas pelo mesmo índice aplicado aos salário da ativa).

Tasso também acolheu uma emenda que permite aposentadoria integral em caso de incapacidade que gere deficiência. Segundo técnicos da equipe econômica, pessoas com deficiência já têm direito a 100% do benefício, com tempo mínimo de contribuição.

A emenda, portanto, mistura aposentadoria por invalidez com a concedida a pessoas com deficiência, o que, para o governo, poder gerar fraudes, pois nem sempre o problema impede o segurado de trabalhar.

O relator propôs ainda a criação de um benefício de caráter previdenciário para crianças em situação de pobreza e idade de frequentar creches, a ser definido em lei. Até lá, esse papel será desempenhado pelo Bolsa Família, o que na prática constitucionaliza o benefício.

A iniciativa é parecida com o programa Pro-Criança, proposto pelo economista José Marcio Camargo no programa da campanha à Presidência do ex-ministro Henrique Meirelles, em 2018.

De acordo com estimativas da Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão do Senado que está assessorando o relator da reforma, as emendas desidratam a reforma em R\$ 28,3 bilhões em dez anos, sem contar o impacto do benefício aos policiais federais. Mas a PEC paralela pode ter o ganho fiscal reduzido ainda mais, já que receberá novas emendas, tanto no plenário do Senado, quanto na Câmara.

FOLHA DE S.PAULO

Pacote de combate ao desemprego libera R\$ 65 bi para empresas

Plano prevê criar agências privadas que ficariam com parte do seguro-desemprego de quem recolocassem no mercado

Thiago Resende

BRASÍLIA O pacote de combate ao desemprego em estudo pelo governo prevê medidas em ao menos dez frentes.

Em uma delas, está prevista a liberação de até R\$ 65 bilhões para capital de giro de empresas. Em outra, a ideia é criar uma espécie de rede de "agências de trabalho" privadas.

As propostas estão na mesa de Paulo Guedes (Economia) e já foram apresentadas para um grupo seleto de empresários e banqueiros. O ministro ainda precisa dar o aval às sugestões de alguns de seus secretários.

Para estimular a atividade empresarial, a equipe econômica estuda uma mudança numa regra da Justiça do Trabalho, onde estão parados R\$ 65 bilhões na forma de depósitos recursais — valor em juízo para poder recorrer de sentença trabalhista.

Desde 2017, a reforma trabalhista permitiu que seja apresentado um seguro como garantia, em vez do depósito em dinheiro, que compromete os limites de crédito das companhias. Mas isso não vale para processos anteriores à medida.

Por isso, uma das sugestões é aplicar a mesma norma para o estoque e liberar esses recursos para as empresas.

O time de Guedes quer também incentivos para a qualificação de desempregados e trabalhadores autônomos.

Guedes vai reunir a equipe para decidir sobre qual será a versão final do pacote de estímulo ao emprego e a data para lançar as medidas. Além disso, a equipe econômica quer criar um grupo técnico para acompanhar o andamento dos projetos e traçar metas.

Para viabilizar o projeto em tempo de aperto no Orçamento, pode ser usado dinheiro do Sistema S — que reúne instituições empresariais voltadas à capacitação e que recebem recursos públicos — e de entidades filantrópicas de educação.

Ainda na área de qualificação, o plano prevê incentivos fiscais para a empresa que investir no aprimoramento dos empregados.

Está em avaliação uma compensação de parte do PIS/Pasep, que seria maior no caso de trabalhador contratado por menos de um ano. O objetivo é aumentar a produtividade e reter os empregos no país.

Outra medida envolve parce-

rias para que empresas privadas passem a atuar como uma espécie de agência de trabalho.

Se uma empresa de recursos humanos, por exemplo, conseguir emprego para quem está recebendo seguro-desemprego, terá um prêmio: parte restante a que a pessoa teria direito. Provavelmente, metade.

Prefeituras também poderiam participar do programa.

Com isso, é esperada uma redução nos gastos com seguro-desemprego, estimados em R\$ 41 bilhões para 2020.

Também foi sugerida uma reformulação do Sine (Sistema Nacional de Emprego) ou até sua privatização.

Ala da equipe econômica considera que o sistema, criado em 1975, é antigo, baseado em estrutura física e cara.

Hoje, só 3,13% das contratações formais são realizadas pelo Sine, que tem atuado em qualificação e intermediação de empresas e trabalhadores.

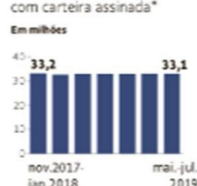
Uma das principais propostas para estimular a criação de vagas prevê a redução de tributos para empresas que contratarem jovens para o primeiro emprego ou profissionais de qualquer idade desempregados há mais de dois anos.

Continua na pág. A20

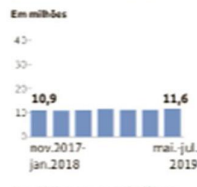
Pais tem 12,6 milhões de pessoas desempregadas



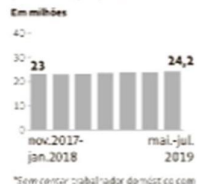
Número de brasileiros com carteira assinada*



Total de trabalhadores sem carteira assinada*



Brasileiros que trabalham por conta própria



*Sem contar trabalhadores do setor de comércio e serviços. Fonte: IBGE.

Pacote para gerar empregos e evitar demissões

Liberação de recursos para empresas

- Há estoque de R\$ 65 bilhões de depósitos recursais — valor em juízo para poder recorrer de sentença trabalhista
- Idéia é permitir trocar por seguros e liberar o dinheiro para capital de giro

"Agências de emprego" privadas

- Parceiro público ou privado poderá ajudar um desempregado a se recolocar no mercado
- Em troca, fica com metade do valor do seguro-desemprego que o beneficiário receberia

Emprega+

- Programa daria "voucher" para que desempregado se qualifique
- 4,4 milhões de cidadãos seriam treinados em quatro anos

Estímulo à qualificação

- Compensação de parte do PIS/Pasep para empresa que investir no empregado
- Qualificação para desempregados e autônomos teria recursos do Sistema S ou de filantrópicas de educação

Emprego verde e amarelo

- Desoneração da folha e redução de 50% no FGTS para empresa que contratar jovem ou desempregados há mais de dois anos
- Pode ser bancada com 10% de recursos do Sistema S e ajustes na renúncia fiscal do governo

Reformulação do MEI

- Novas faixas, diferentes limites de renda e de contribuição para ampliar a formalização
- MEI poderá ser dois empregados, em vez de um

Privatização do Sine

- Redução de postos físicos do Sine e até eventual privatização
- Hoje, apenas 3,13% das admissões formais são via Sine

CERTSimples

- Transparência de informações sobre micro e pequenas empresas para bancos
- Expectativa de reduzir os spreads em créditos para esse grupo

Reduzir aposentadoria por invalidez

- Reabilitar quem já recebe o benefício e pode atuar em outra atividade, como em escritórios
- Reabilitação profissional de usuários de drogas

Microcrédito

- Elevar oferta de crédito em comunidades, sem comprovação de renda e educação financeira baixa
- Seriam usados R\$ 10 bilhões do Banco do Nordeste, cuja metodologia seria ampliada para o país

06/09/2019 - 05:00

Guedes nega mudança no teto de gasto

Por Marina Falcão



O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que o Brasil não vai flexibilizar o teto de gastos. "Não vamos furar o teto, vamos abaixar o piso", afirmou ontem, após duas horas de palestra para 600 empresários em Fortaleza.

Segundo Guedes, não houve mudança de opinião do presidente Jair Bolsonaro em relação ao tema. "Perguntaram a ele sobre o teto de gastos e ele deu a explicação que eu dei. Quando você tem as despesas obrigatórias crescendo muito, você vai reduzindo o espaço. Foi isso que ele falou: é uma questão aritmética", disse. "Você tem um teto e as despesas vão subindo, tem uma

hora que você vai ter que enfrentar esse problema."

AdChoices
PUBLICIDADE
[inRead invented by Teads](#)

De acordo com o ministro, o porta-voz da Presidência, Otávio Rêgo Barros, deve ter ouvido de Bolsonaro que "tem um problema aí sério, esse negócio de teto tem um problema", mas que o problema não é o teto, e sim o piso.

Guedes afirmou que vai propor no novo pacto federativo o controle das despesas em vez de furar o teto de gastos. Ele afirmou que os próximos passos do governo serão enviar a proposta de pacto federativo para o Senado e a reforma tributária para a Câmara e o Senado.

Em sua primeira palestra no Nordeste desde que assumiu o cargo, Guedes disse que governo quer acelerar os processos de privatização e sugeriu a criação de um canal "fast track" para as concessões. "No mercado privado você vende um ativo em 40 dias. Não dá para ficar um ano e meio para vender cada empresa."

Para acelerar as privatizações, sugeriu, o governo quer enviar ao Tribunal de Contas da União (TCU) uma lista com projetos, para que sejam liberados mais rapidamente. O ministro fez ainda uma provocação: "Qual a dúvida em privatizar os Correios? Lá nasceu o mensalão. Ninguém escreve mais cartas", disse.

Guedes tentou minimizar as declarações do presidente Jair Bolsonaro dirigidas à primeira-dama da França, Brigitte Macron, e afirmou que, apesar dos avanços da equipe econômica, a imprensa prefere noticiar atos polêmicos do presidente. "O que vejo nos jornais é que ele xingou a [Michelle] Bachelet, que chamou a mulher do [presidente Emmanuel] Macron de feia. Mas é feia mesmo, não é nenhuma mentira." Sob risos da plateia, emendou: "Não existe mulher feia. O que existe é mulher vista pelo ângulo ruim".

Em conversa com jornalistas após o evento, Guedes disse que as declarações foram em tom de brincadeira. "Você viu que nós estávamos em tom de brincadeira, nos divertindo, falando que o presidente tem bons princípios e às vezes extrapola no modo de falar?"

Em tom de irritação, Guedes disse que não iria justificar nada. "Você viu o que o presidente da França disse no final: nós devíamos fazer uma intervenção internacional na Amazônia. Vocês deveriam estar criticando isso. O presidente da França estar querendo fazer uma intervenção porque chamaram a mulher dele de feia. Olha só que coisa horrível", disse. O

ministro afirmou que a média de incêndios na Amazônia é a exatamente a mesma há 15 anos.

Por volta de 20h30, o Ministério da Economia emitiu nota em que Guedes se retrata. O texto, assinado pela Assessoria Especial de Comunicação, afirma que o ministro "pede desculpas pela brincadeira" sobre Brigitte Macron. E justifica que sua intenção teria sido "ilustrar que questões relevantes e urgentes para o país não têm o espaço que deveriam no debate público".

O empresário João Carlos Paes Mendonça, dono do grupo de shopping centers JCPM, disse que estava com expectativa "boa" para a economia. "Claro que há dificuldades de implementar e alguns problemas de relacionamento, mas os projetos são bons", disse. Sobre uma eventual flexibilização do teto de gastos, Paes Mendonça foi enfático: "Tem que haver o controle dos gastos".

O empresário cearense Cândido Pinheiro Junior, dono da seguradora de saúde Hapvida, uma das patrocinadoras da palestra, disse que a economia começa a dar sinais de mudança. Ednilton Soaréz, dono do Beach Park e de uma rede de quatro hotéis no Estado, diz também que está "começando a ficar otimista", pois a construção civil está reagindo.

Tribuna

Equipe econômica não quer mudar teto dos gastos

A ala política do governo Bolsonaro, com o apoio de parlamentares e militares, defende mudanças no teto dos gastos públicos para liberar mais recursos para os ministérios. A ideia ganhou um apoio indireto ontem do presidente Jair Bolsonaro.

A equipe econômica, porém, não quer mudar o mecanismo, que coloca uma trava no crescimento das despesas públicas. Elas só podem crescer na mesma proporção da inflação do ano anterior.

Na avaliação de assessores do ministro da Economia, Paulo Guedes, o ideal é deixar que os gatilhos do teto sejam acionados, forçando uma redução de despesas do governo, inclusive obrigatórias.

Pelas regras, quando o teto for descumprido, algumas medidas têm de ser adotadas automaticamente, como veto a reajuste de servidores públicos e proibição de correção real do salário mínimo.

Segundo um técnico, o Congresso e a ala política do governo defendem mudanças no teto porque esse seria, para eles, o caminho mais "indolor" para enfrentar o problema da crise fiscal.

Ou seja, em vez de o Legislativo aprovar medidas para reduzir as despesas públicas, prefere o caminho de mudar o teto para liberar mais recursos para gastos. Com isso, o equilíbrio das contas públicas ficaria mais distante.

Apesar de ser contra uma mudança no teto dos gastos

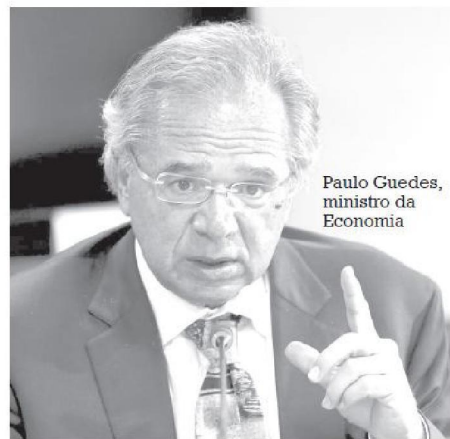
públicos, a equipe de Paulo Guedes avalia que pode ser obrigada a pelo menos discutir algum tipo de flexibilização no mecanismo. Isso para evitar o pior, que seria acabar com o teto, medida que conta com amplo apoio dentro do Congresso Nacional.

Entre as medidas de flexibilização, uma delas seria permitir a correção das despesas não só pela inflação passada, mas também somada ao crescimento do PIB do ano anterior. Daria um certo fôlego para os ministérios, mas também teria impacto nas projeções de redução do buraco das contas públicas.

Outra seria, por exemplo, retirar do cálculo do teto as despesas previdenciárias. Mas com o

acionamento automático dos gatilhos previstos no mecanismo. Essa medida é defendida por parlamentares. A dúvida é se na tramitação da ideia seria mantido o acionamento automático dos gatilhos para compensar a flexibilização.

Bolsonaro disse hoje que uma mudança no teto dos gastos públicos é uma questão matemática, já que, nos próximos anos, a tendência é o governo ficar sem recursos para pagar despesas de manutenção da máquina pública. As despesas discricionárias, para o próximo ano, serão de R\$ 89,6 bilhões, próximo do limite em que os ministérios ficariam sem recursos para pagar gastos básicos, previsto em R\$ 78 bilhões.



Paulo Guedes,
ministro da
Economia

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 05/09/2019	Caderno: Economia e Negócios



Guedes diz que governo vai reduzir gastos obrigatórios para não furar teto

Após o sinal amarelo acender na equipe econômica, Bolsonaro usou o Twitter nesta quinta pela manhã para indicar o recuo na decisão de rever o teto

Idiana Tomazelli, enviada especial

05 de setembro de 2019 | 18h15

FORTALEZA - O ministro da Economia, **Paulo Guedes**, disse nesta quinta-feira, 5, que o governo prefere controlar as despesas do governo a furar o teto de gastos, mecanismo que limita o crescimento das despesas à variação da inflação e que ficou na berlinda após o porta-voz da Presidência da República, **Otávio Rêgo Barros**, ter dito que o próprio presidente **Jair Bolsonaro** defendia mudanças. Segundo o ministro, o excesso de gastos não deu certo nos últimos 40 anos.

A jornalistas, Guedes negou que **Bolsonaro tenha mudado de ideia sobre o teto** e disse que o presidente sempre enquadrou as despesas como o problema, não o limite de gasto.

“O presidente não mudou de ideia. O que ele disse foi o seguinte. De manhã, perguntado sobre o teto de gastos, ele deu uma explicação que eu dei aqui. Quando você tem despesas obrigatórias crescendo muito, você vai reduzindo o espaço. Por isso o presidente falou 'é uma questão aritmética'. Você tem o teto de gastos e as despesas subindo, subindo, subindo, tem uma hora que precisa enfrentar esse problema. Então ele falou 'é uma questão aritmética, vai ter que resolver isso daí'”, afirmou Guedes após palestra a empresários em Fortaleza.

Bolsonaro disse que o teto era uma “questão matemática” ontem pela manhã, após o **Estadão/Broadcast** mostrar que a alteração do teto de gastos tem **apoio na Casa Civil e no comando das Forças Armadas**. À noite, **o porta-voz da Presidência, Otávio Rêgo Barros**, disse que **Bolsonaro defendia mudanças no teto**.

“O porta-voz deve ter ouvido o presidente dizendo 'pô, tem um problema aí sério, esse negócio do teto tá criando problema'. Só que o problema não é o teto. O problema é o piso”, disse Guedes, quando questionado sobre o motivo de o porta-voz ter dito que o presidente defendia as mudanças.

A fala do porta-voz caiu ontem como uma bomba na área técnica do Ministério da Economia, que vem defendendo publicamente a manutenção do instrumento como peça-chave para a recuperação da saúde financeira das contas públicas e recuperação da confiança nos rumos do País.

O momento foi descrito por fontes ouvidas pelo Estado como o mais delicado para a equipe econômica desde o início do governo. Uma eventual mudança no teto poderia provocar baixas na equipe de Paulo Guedes.

O temor era de que o aval para alteração no teto de gasto pelo presidente fosse interpretado pelos investidores como um sinal de afrouxamento fiscal e prolongamento do esforço de ajuste. A aprovação da emenda do teto, em 2016, deu confiança aos investidores no rumo de correção da crise fiscal.

Após o sinal amarelo acender na equipe econômica, Bolsonaro usou o Twitter nesta quinta pela manhã para indicar o recuo na decisão de rever o teto. “Temos que preservar a Emenda do Teto. Devemos sim, reduzir despesas, combater fraudes e desperdícios. Ceder ao teto é abrir uma rachadura no casco do transatlântico”, disse na rede social.

A saída agora desenhada pela equipe técnica envolve medidas para conter o avanço das despesas obrigatórias, que incluem salários, benefícios previdenciários e outros gastos com servidores.

Guedes disse que o governo não vai furar o teto, mas sim “quebrar o piso”. “Vamos deixar claro o seguinte. O teto de gastos é uma resposta a 40 anos de expansão nos gastos, 40 anos em que os gastos públicos, por não terem um teto, acabaram nos levando à hiperinflação, à moratória, à recessão, à corrupção”, disse o ministro.

“O teto de gastos é um aviso dizendo o seguinte: não pode furar o teto mais. Então nós preferimos propor no pacto federativo o controle das despesas em vez de simplesmente furar o teto. Porque furar o teto é o que fazemos há 40 anos e não deu certo”, acrescentou.

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

Teto voador assombra equipe

A equipe econômica já havia conversado com o presidente Bolsonaro, explicando que a pressão que ele estava recebendo de alguns ministros para abandonar o teto de gastos não fazia sentido. Ela pensava estar tudo resolvido, até que Bolsonaro disse na quarta-feira que era uma questão "matemática" sugerindo que o teto tinha que ser mudado. O porta-voz confirmou. Ontem Bolsonaro amaneceu nas redes sociais com a declaração inversa. Ou seja, a matemática mudou durante a noite. E o que ele realmente pensa sobre o assunto?

O problema é maior do que parece. Não é apenas se vai ser adotada uma medida econômica ou outra. Se o teto cair, sem nada no lugar, será uma licença para gastar, o abandono do ajuste fiscal e a derrota completa do ministro Paulo Guedes.

O que ele chegou dizendo: que zeraria o déficit no primeiro ano, que acabaria com os subsídios e renúncias fiscais que chegam a R\$ 300 bilhões por ano, que venderia R\$ 1 trilhão de imóveis e de empresas estatais. E que desindexaria, desobrigaria e desvincularia as despesas. Que faria um pacto federativo em torno da desvinculação.

No mercado financeiro, em momento típico de autoengano, muita gente repetia que o ministro Paulo Guedes, liberal e sofisticado, levaria o presidente Jair Bolsonaro — defensor do fuzilamento do ex-presidente Fernando Henrique por ter privatizado — para o bom caminho. A declaração grosseira de Guedes ontem sobre Brigitte Macron não tem nada a ver com economia, mas mostra que é Guedes quem anda absorvendo o estilo e as ideias do chefe. Também como o chefe, disse depois que era "brincadeira".

A segunda declaração anulou a primeira, mas deixou uma dúvida. Bolsonaro foi muito enfático ao dizer que era inevitável mudar o teto de gastos. E até explicou que havia se arrependido de ter votado a favor da

PEC, avisando que "as pessoas evoluem". O que os dois dias mostraram é que o presidente não tem convicção alguma sobre a questão-chave que divide hoje o seu governo.

De um lado, o entorno do presidente vem repetindo a ele que o "arrocho" nas despesas vai impedir que ele realize seu projeto de reeleição. De outro, a equipe diz que terá que ser iniciada a duríssima discussão da desvinculação de despesas. Na reforma da Previdência, o presidente cruzou os braços e só os descruzou para fazer defesas corporativistas. Mesmo assim, ela está indo em frente porque políticos convictos da necessidade da reforma fizeram o trabalho que o governo teria que fazer. O problema é que mudar a estrutura rígida das despesas

significa dizer ao setor da educação que ele pode não ter mais o mínimo constitucional, para o setor de saúde, a mesma coisa. E todas as receitas que têm endereço certo deixarão de ter. Esse é o debate mais duro possível. Em época de escassez, a tendência é cada setor defender o seu. A soma das partes é sempre maior do que o todo. Por isso o país tem déficit.

O teto de gastos não é a única forma de resolver o problema do déficit primário. Os economistas Fábio Giambiagi e Guilherme Tinoco, que são especialistas em política fiscal e sempre defenderam o equilíbrio das contas públicas, sugerem mudanças do teto porque consideram que seu cumprimento é inviável até 2026. A mudança de posição foi comemorada por economistas

que há tempos pedem o fim do teto. Mas Giambiagi e Tinoco colocam uma série de pré-condições, algumas bem duras: o salário mínimo só seria corrigido pela inflação por dez anos, reajuste nominal abaixo da inflação dos servidores até 2023 e reestruturação de carreiras do funcionalismo.

"A proposta não pode nem deve ser interpretada de forma alguma como licença pra gastar. Só viria após a aprovação da reforma da Previdência e de mais medidas de ajuste fiscal", diz Fábio.

O que Bolsonaro e seu entorno querem é sim uma licença para gastar. O presidente acha, como todos os políticos populistas, que isso pavimentará a estrada que lhe dará mais um mandato. Se for esse o caminho, como ficará o plano de Paulo Guedes de ajuste fiscal? Se não for isso, Guedes terá que ter alguma resposta para evitar o cenário que Bolsonaro mais teme. O de ter que apagar as luzes de todos os quartéis. Como já está no nono mês do governo, o ministro da Economia tem que ir além de meros discursos para entreter platelas. Repetir os mesmos projetos e não dizer como vai colocá-los em prática já está ficando feio.

OPERAÇÃO LOCALIZA 69 SERVIDORES COM IRREGULARIDADES

APOSENTADORIA Uma ação conjunta da Corregedoria-Geral do Estado (CGR) e da Auditoria-Geral do INSS detectou indícios de irregularidade no pagamento de benefícios previdenciários para 69 servidores estaduais. O Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) instaurou procedimento para apuração dos benefícios devido ao fato de apresentarem sinais de que não possuem os pré-requisitos exigidos por lei para o recebimento. O cruzamento das informações identificou 69 servidores que também recebem os Benefícios de Amparo Social ao Idoso ou ao Deficiente (BPC). A Lei Orgânica da Assistência Social (Lei Federal 8.742/93) estabelece que o benefício só pode ser pago a idosos acima de 65 anos ou para pessoas com deficiência que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de ser mantido pela sua família. Além disso eles também devem comprovar que a renda familiar é inferior a um quarto do salário mínimo por pessoa.

A TARDE

O jornal de toda Bahia

ALIMENTOS

Custo da cesta básica diminuiu em todas as capitais

DA REDAÇÃO

O resultado da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, realizada mensalmente pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), mostrou que em agosto de 2019, pelo segundo mês consecutivo, o custo de alimentos essenciais diminuiu em todas as capitais. As quedas mais expressivas ocorreram em Natal (-7,04%), Fortaleza (-6,96%), Aracaju (-6,11%) e Salvador (-5,78%).

Salvador (com cesta de R\$ 350,75) apresentou um dos menores valores médios junto com Aracaju (R\$ 337,96). A capital com a cesta mais cara foi São Paulo (R\$ 481,44).

Em 12 meses, com exceção de Aracaju (-2,02%), todas as cidades acumularam alta – entre 5,61%, em Natal, e 13,40%, em Curitiba.

Em Salvador, o produto com maior redução de preço foi o tomate (-22,26%), seguido de banana (-7,89%), feijão (-5,51%), pão francês (-2,23%), carne (-1,92%), arroz (-1,32%), manteiga (-1,18%) e café (-0,38%). Os produtos com maior aumento foram óleo de soja (2,06%), farinha de mandioca (1,41%), leite (1,02%) e açúcar (0,46%).

A TARDE

O jornal de toda Bahia

BAHIA

Três novas empresas irão gerar 670 empregos

DA REDAÇÃO

A Bahia pode gerar 668 novos postos de trabalho e receber R\$ 211,5 milhões em investimentos, com a implantação de três novos empreendimentos previstos para o estado.

O anúncio foi feito durante a assinatura de protocolos de intenções na Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), ontem à tarde, por empresas do ramo de eletricidade e gás, eletroeletrônico e plástico.

Os novos empreendimentos beneficiarão os municípios baianos de Camaçari, Feira de Santana, Poções, Planalto, Caatiba, Itambé e Macarani.

"O trabalho de atração do governo do estado é constante, sempre visando ao desenvolvimento econômico dos municípios baianos e o crescimento dos players industriais. Somos a capital da energia renovável, mas para que a energia produzida nas usinas chegue ao sistema nacional é preciso construir linhas de transmissão. Já para o setor de cosméticos, atraímos um líder global em embalagens que vai disseminar tecnologia ao setor", afirma João Leão, vice-governador e titular da SDE.

Sudoeste

O sudoeste baiano vai ganhar

As empresas beneficiarão os municípios baianos de Camaçari, Feira de Santana, Poções, Planalto, Caatiba, Itambé e Macarani

um reforço no sistema elétrico, com a implantação de linhas de transmissão de energia, beneficiando os municípios de Poções, Planalto, Caatiba, Itambé e Macarani.

A empresa Interligação Elétrica Paraguaçu está investindo R\$ 171 milhões na construção das novas linhas e gerando cerca de 500 empregos diretos na construção civil.

"A previsão é que a obra, que já está em andamento, fique pronta no final de 2020. A finalidade principal do projeto é possibilitar o escoamento da energia produzida em Belo Monte e da energia eólica produzida pela região Nordeste", explicou o diretor administrativo Edwald Lippe, da Aliança Interligação Elétrica,



Anúncio foi feito durante a assinatura de protocolos de intenções na SDE

grupo econômico responsável pela transmissora.

Segundo ele afirmou, "além de reforçar o sistema de transmissão no sudoeste da Bahia, na região de Poções".

Camaçari

Líder na fabricação de tampas e dispensers tanto para indústria de beleza e cuidados pessoais, como para limpeza domiciliar, embalagens e bebidas, a Aptar do Brasil Embalagens chega à Bahia devido a uma parceria com O Boticário.

A unidade, que receberá investimentos de R\$ 40 milhões, será instalada próximo à fábrica de cosméticos em Camaçari e terá capacidade de produzir cerca de 65

milhões de peças/ano.

No início da operação serão gerados 60 empregos diretos, podendo chegar a até 150, quando a unidade industrial estiver operando em plena capacidade.

"Importante ressaltar que, como somos líderes globais neste segmento, além de nos estabelecer aqui, queremos ajudar a disseminar tecnologia e elevar a qualidade final do produto que será oferecida ao setor. Já estamos em contato com o Senai para treinar os funcionários que fôrem trabalhar na nossa planta e estabelecer programas para disseminar tecnologia para potenciais clientes", afirma o diretor-geral da Aptar, Adriano Magalhães.

A Dicomp Distribuidora de Eletrônicos vai investir R\$ 500 mil na implantação de uma unidade em Feira de Santana, para produção de material óptico.

A empresa, com matriz em Maringá, no Paraná, atende a todo o Brasil e alguns países do Mercosul.

"A vinda para a Bahia vai facilitar a logística no Norte/Nordeste. Produzimos tudo o que um provedor de acesso à internet precisa. Material que vai levar a internet em forma de fibra óptica até o usuário final, com mais velocidade e tecnologia", afirma Lourival Alvas do Nascimento Junior, representante da empresa.